

Demonstrações Financeiras
Wayne Participações S.A.

em 31 de dezembro de 2024 e 2023
com o Relatório dos Auditores Independentes

Wayne Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas

Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Sócios e Administradores da **Wayne Participações S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Wayne Participações S/A ("Companhia") que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras da Wayne Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de confiança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.


**Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas --
continuação**

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os administradores a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2025.

MRU Auditores Independentes Ltda.
CRC RJ 009.336/O


Elias Xavier de França Junior
Contador CRC RJ 090.827/O

Raul Cacio Soncin Pimentel
Contador CRC RJ 112.682/O

Balancos Patrimoniais

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	3	478	513	14.188	17.545
Contas a receber de clientes	4	-	-	29.748	22.071
Estoques	5	-	-	18.296	8.005
Adiamento a fornecedores		-	1	921	991
Partes relacionadas		-	-	-	126
Impostos a recuperar	9	24	23	2.034	1.348
Despesas antecipadas		-	-	1.876	971
Outros créditos		3	-	8	13
Total do ativo circulante		505	537	67.071	51.070
Não circulante					
Clientes	4	-	-	99	410
Impostos a recuperar	9	-	-	1.390	1.026
Investimentos	6	125.518	114.384	8.000	-
Outros investimentos		-	-	81	76
Depósitos judiciais		-	-	59	991
Imobilizado	7	-	-	74.376	66.761
Intangível	8	-	-	74.835	79.412
Ativos de direito de uso		-	-	-	-
Total do ativo não circulante		125.518	114.384	158.841	148.676
Total do ativo		126.023	114.921	225.912	199.746
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	8.143	13.783
Fornecedores	11	-	1	27.059	19.821
Partes relacionadas		-	-	688	256
Obrigações tributárias	12	-	1	8.012	3.727
Obrigações trabalhistas	13	-	-	10.530	7.784
Adiantamento de clientes		-	-	580	253
Dividendos propostos	15	2.788	2.117	2.788	2.117
Outras obrigações		-	-	97	31
Total do passivo circulante		2.788	2.119	57.897	47.772
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	15.946	14.019
Obrigações tributárias	12	-	-	6.262	7.897
Provisão para contingências	14	-	-	1.476	336
Participações a pagar	6	4.529	30.861	4.529	30.861
Passivos fiscais diferidos		-	-	2.609	1.700
Total do passivo não circulante		4.529	30.861	30.822	54.813
Capital social	15	110.181	75.570	110.181	75.570
Reserva Legal	15	161	20	161	20
Reservas de Lucros	15	8.363	6.351	8.363	6.351
Patrimônio líquido		118.706	81.941	118.706	81.941
Participação de não Controladores		-	-	18.488	15.220
Patrimônio líquido consolidado		118.706	81.941	137.193	97.161
Total do passivo e patrimônio líquido		126.023	114.921	225.912	199.746

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados dos Exercícios

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	16	-	-	266.425	214.105
Custos dos produtos vendidos	17	-	-	(82.608)	(79.026)
Lucro bruto		-	-	183.817	135.079
Despesas operacionais					
Despesas gerais, administrativas e comerciais	17	(290)	(450)	(141.249)	(101.602)
Remuneração da Administração	19	(16)	(18)	(16)	(18)
Outras receitas e despesas		-	(2)	(4.286)	(15.248)
		(306)	(470)	(145.551)	(116.868)
Resultados em participações societárias					
Resultado de equivalência patrimonial	6	7.625	10.377	(8.019)	2.938
Amortização da Mais-Valia	8	(4.492)	(1.497)	(4.492)	(1.497)
		3.133	8.880	(12.511)	1.441
Resultado antes do resultado financeiro		2.827	8.410	25.755	19.652
Resultado financeiro Líquido					
Receitas financeiras	18	-	169	2.655	1.581
Despesas financeiras	18	(3)	(75)	(7.252)	(8.319)
		(3)	94	(4.597)	(6.738)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.824	8.504	21.158	12.914
Imposto de Renda e Contribuição Social:					
Corrente	20	-	-	(10.150)	(2.571)
Diferido	20	-	-	(1.480)	1.349
		-	-	(11.630)	(1.222)
Lucro líquido do exercício		2.824	8.504	9.528	11.692
Participação acionistas de minoritários		-	-	(6.704)	(3.188)
Lucro líquido do exercício		2.824	8.504	2.824	8.504
Lucro básico e diluído por ações		70%	70%	100%	100%
Lucro por ação		0,8849	0,4208	0,8849	0,4208

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

(em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado líquido do exercício	2.824	8.504	9.528	11.692
Resultados abrangentes	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	2.824	8.504	9.528	11.692
De controladores	2.824	8.504	2.824	8.504
De não controladores	-	-	6.704	3.188

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital social			Lucros acumulados	Patrimônio líquido	Participação de Minoritários	Total do Patrimônio líquido
		Capital social	AFAC	Reserva legal				
Saldo em 31 de dezembro de 2022		100	2.245	-	(17)	2.328	-	2.328
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	73.225	-	-	73.225	-	73.225
Combinação de negócios		-	-	-	-	-	12.032	12.032
Lucro líquido no exercício		-	-	-	8.504	8.504	3.188	11.692
Dividendos propostos		-	-	-	(2.117)	(2.117)	-	(2.117)
Reserva legal		-	-	20	(20)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		100	75.470	20	6.351	81.941	15.220	97.161
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	75.471	(40.860)	-	-	34.611	-	34.611
Combinação de negócios		-	-	-	-	-	(3.436)	(3.436)
Dividendos Propostos		-	-	-	(671)	(671)	-	(671)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.824	2.824	6.704	9.528
Reserva legal	15	-	-	141	(141)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		75.571	34.610	161	8.363	118.705	18.488	137.193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

(em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos Impostos	2.824	8.504	9.528	11.692
Ajustes:				
Resultado de equivalência patrimonial	(7.625)	(10.377)	8.019	(2.938)
Conta Escrow	(8.000)	-	(8.000)	-
PCLD	-	-	(409)	2.214
Depreciação e amortização	4.492	1.497	9.822	5.104
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	3.329	4.782
Provisão para contingências	-	-	1.140	(1.190)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	1.480	(1.349)
Resultado na baixa de ativos imobilizado	-	-	1.585	2.171
	(8.309)	(375)	26.494	20.486
Variações dos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	-	-	(6.957)	(4.875)
Estoques	-	-	(10.291)	1.061
Depósitos judiciais	-	-	932	93
Contas a pagar a fornecedores	(2)	1	4.554	1.443
Salários e contribuição social a pagar	-	-	2.746	2.479
Impostos a recuperar e a recolher	(1)	(23)	1.601	740
Outros ativos e passivos	(26.335)	30.855	(26.770)	30.855
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais	(34.646)	30.458	(7.691)	52.282
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de investida	-	(105.505)	-	(105.505)
Partes relacionadas	-	-	126	9.264
Outros investimentos	-	-	(5)	111
Variações no imobilizado	-	-	(23.788)	(18.365)
Aquisição de intangível	-	-	-	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	-	(105.505)	(23.667)	(114.495)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aporte de capital social	34.611	73.225	34.611	79.226
Captação de empréstimos	-	-	20.000	4.628
Partes relacionadas	-	-	432	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-	(27.042)	(17.186)
Pagamento de dividendos	-	-	-	(2.841)
Incorporação de empresas	-	-	-	12.108
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamento	34.611	73.225	28.001	75.935
Variação de Caixa e Equivalente de Caixa	(35)	(1.822)	(3.357)	13.723
Saldo Inicial de Caixa e Equivalente de Caixa	513	2.335	17.545	3.822
Saldo Final de Caixa e Equivalente de Caixa	479	513	14.189	17.545

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Wayne Participações S.A. foi constituída em 25 de março de 2022 e possui sede em São Paulo – SP, e tem por objeto social a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista. A totalidade de suas ações pertencem a Bruce Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. A Companhia permaneceu em processo pré-operacional realizando avaliações e negociações de investimentos até agosto de 2023 quando a Companhia adquiriu 70% de participação na Indústria de Alimentos El Shadai S.A. (“Doce D’ocê”).

A Doce D’ocê está localizada na cidade de Chopinzinho, Estado do Paraná. As atividades da Companhia compreendem a fabricação de produtos de panificação industrial e comercialização de alimentos em geral. Além disso, atua no comércio atacadista de uma variedade de alimentos, incluindo pães, bolos, biscoitos e massas alimentícias. Também oferece serviços de comércio atacadista de máquinas e equipamentos comerciais, transporte rodoviário de carga, depósitos para terceiros e aluguel de equipamentos industriais.

2. Sumario de políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. O exercício social da Companhia inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano.

As práticas adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ou custo amortizado, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros ativos e passivos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo, sendo os rendimentos intrínsecos reconhecidos por meio de resultado e os ajustes para o valor justo em contrapartida do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A apresentação das demonstrações financeiras foi aprovada e pela administração em 13 de maio de 2025.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

2.3. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As seguintes empresas estão incluídas na consolidação:

<u>Controladas</u>	<u>Participação</u>	<u>Percentual</u> <u>31/12/2024</u>	<u>Participação</u> <u>31/12/2023</u>
Indústria de Alimentos El Shadai S.A. ("Doce D'ocê")	Direta	70,00%	70%

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são:

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.5. Demonstração de fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa.

2.6. Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

2.6. Classificação circulante versus não circulante -- Continuação

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.7. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.8. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.9. Contas a receber de clientes

Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

2.10. Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

2.11. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido - dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra, e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

2.12. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição.

2.13. Imobilizado

O imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.14. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

2.15. Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados ou outros ativos não financeiros poderiam estar acima do valor recuperável, e conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

2.16. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação. Uma provisão é constituída pautada em uma estimativa confiável de valor.

2.17. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações financeiras.

2.18. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

2.19. Instrumentos financeiros

(I) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedores e outras contas a receber. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são passivos ou ativos financeiros não derivativos, com pagamentos ou recebimento fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são registrados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receitas financeiras na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumario de políticas contábeis (Continuação)

(II) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos, todos classificados como empréstimos, financiamentos e contas a pagar.

Mensuração subsequente de empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.20. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

(I) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Impostos - Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera, bem como provisão para realização de determinados créditos tributários para os quais não tem expectativas de realização. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas - A Companhia reconhece provisão para causas tributárias e trabalhistas quando necessário. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa - Para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa verificamos fatores de risco econômico e classificamos por refletir perdas esperadas por inadimplência. Para esta classificação, são analisadas as características de cada operação, levando-se em consideração as garantias existentes, a capacidade de pagamento do cliente e os riscos inerentes.

Provisões para perdas de estoques - A administração da Companhia realiza revisões periódicas para avaliar a necessidade de constituição de provisões para perdas nos estoques, considerando fatores como obsolescência, deterioração, demanda de mercado e previsões de venda. Com base nessas análises e nos critérios adotados para mensuração dos estoques, não foram identificadas perdas esperadas que demandem a constituição de provisões.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários em conta corrente e aplicações de alta liquidez.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de caixa e equivalente de caixa são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Numerário em espécie	-	-	1	3
Depósito bancário em conta corrente	478	513	2.932	1.115
Aplicações financeiras ^(a)	-	-	11.255	16.427
Total	478	513	14.188	17.545

(a) As aplicações financeiras estão substancialmente concentradas em ativos de renda fixa, com remuneração atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda significativa do seu valor.

4. Contas a Receber de Clientes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a composição e cronograma do contas a receber são assim compostos:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Cientes nacionais	33.745	26.788
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.898)	(4.307)
Total	29.847	22.481
Circulante	29.748	22.071
Não Circulante	99	410
A vencer	28.142	20.935
Vencidos até 30 dias	1.387	1.283
Vencidos de 31 a 60 dias	85	70
Vencidos de 61 a 90 dias	86	99
Vencidos de 91 a 180 dias	165	790
Vencidos de 181 a 360 dias	266	961
Vencidos acima de 361 dias	3.614	2.650

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo Inicial	(4.307)	(2.093)
Provisões no exercício	(1.876)	(2.261)
Reversões no exercício	2.285	47
Saldo Final	(3.898)	(4.307)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía o montante de R\$ 8.000 (R\$ 17.757 em 31 de dezembro de 2023) em títulos dados em garantia de operações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Estoques

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de estoques são assim compostos:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Matéria-prima	4.812	2.553
Embalagens	1.496	1.144
Produtos acabados	7.259	1.969
Produtos em processo	405	186
Produtos revenda	167	160
Combustíveis	20	26
EPI	418	262
Almoxarifado	3.683	1.504
Poder de terceiros	36	201
Total	18.296	8.005

Na estimativa da administração não são esperadas perdas materiais em estoques.

6. Investimentos

Em 31 de agosto de 2023 a Wayne Participações S/A adquiriu 70% de participação na Indústria de Alimentos El Shadai S.A. (“Doce D’ocê”), localizada na cidade de Chopinzinho, Estado do Paraná, as atividades da Companhia compreendem a fabricação de produtos de panificação industrial e comercialização de alimentos em geral. Além disso, atua no comércio atacadista de uma variedade de alimentos, incluindo pães, bolos, biscoitos e massas alimentícias. Também oferece serviços de comércio atacadista de máquinas e equipamentos comerciais, transporte rodoviário de carga, depósitos para terceiros e aluguel de equipamentos industriais.

O valor de aquisição foi de R\$ 105.505, sendo R\$ 25.000 no momento de aquisição e R\$ 80.505 a prazo conforme cronograma de pagamentos acordado, dos quais R\$ 74.644 foram pagos ainda em 2023. Além disso, foi acordado o depósito de R\$ 5.000 em uma conta garantia do montante da terceira parcela.

Em maio de 2024, foi emitido pela KPMG o Relatório de avaliação de certos ativos adquiridos e passivos assumidos relacionado à aquisição da Indústria de Alimentos El-Shadai Ltda, para fins contábeis e fiscais, à luz do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios e conforme Código Brasileiro da Legislação Fiscal, Lei nº 12.973, sancionada em 13 de maio de 2014. A data base do trabalho foi definida em 31 de agosto de 2023, que é a data mais próximo do fechamento da transação para o qual o balanço da empresa está disponível.

Em 31 de agosto de 2023, a Companhia celebrou contrato de aquisição com os Alienantes e outras partes, por meio do qual a Companhia concordou em adquirir 70% das ações de emissão da Doce D’ocê, sujeito aos termos e condições no referido contrato.

O racional da adquirente para concretizar a transação é composto por diversos fatores, incluindo os principais destacados a seguir:

✓ O setor de pães congelados para varejistas de alimentos é um grande mercado endereçável (~R\$ 15-20 bilhões), com espaço para crescimento (~30% dos varejistas de alimentos terceirizam seus produtos de panificação para terceiros). Atualmente, a oportunidade de panificação congelada está entre R\$5 e R\$6 bilhões. Os principais critérios para terceirização incluem:

- Economia atraente para os varejistas de alimentos terceirizarem a produção da operação de panificação devido à complexidade, natureza intensiva em mão de obra e utilização de imóveis;
- Padronização de produtos e ampliação do sortimento do portfólio.

✓ Mercado fragmentado com cerca de 300 players nacionais, onde escala e logística são importantes:

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Player Tier 1: Marquespan é o maior com aproximadamente 15% de participação de mercado graças a sua abordagem agressiva e estratégia comercial (por exemplo, 2/3 meses de produtos grátis) e baixo custo de produção (grande investimento em produção – possui 9 das 12 linhas operacionais dos principais equipamentos automatizados (Rademaker) no Brasil);
- Players Tier 2: Empresas com receitas de R\$ 20-200 milhões: cerca de 60 empresas atendendo grandes e varejistas regionais de alimentos;
- Players Tier 3: Empresas com faturamento inferior a R\$ 20 milhões atendendo regiões e bairros varejistas de alimentos.

✓ Embora as empresas deste setor tenham gerado caixa historicamente, a Covid-19 impactou negativamente alguns players. Atualmente, o Axxon Group observa boas oportunidades para consolidar o setor.

Em contrapartida à aquisição de 70% do capital da Doce D'ocê, o preço de aquisição foi estabelecido da seguinte forma:

Parcela fixa: 1 (uma) parcela fixa no valor de R\$25.000 (vinte e cinco milhões de reais), paga pela Wayne aos alienantes, na data de fechamento até cinco dias úteis antes do fechamento.

Parcela fixa (segunda parcela): 1 (uma) parcela fixa calculada conforme fórmula abaixo, para pela Wayne aos alienantes, 60 dias após a data de fechamento ou em 30 de novembro de 2023, o que ocorrer por último:

$$\text{Segunda parcela} = 50\% \times \{[(R\$ 180.000.000,000 - \text{Dívida líquida de fechamento}) \times 70\%] - R\$ 35.643.889,53\}$$

Parcela fixa (terceira parcela): 1(uma) parcela fixa, a ser desembolsada pela Wayne no prazo de 12 meses após a data de pagamento da segunda parcela, correspondente a:

$$\text{Segunda parcela} = 50\% \times \{[(R\$ 180.000.000,000 - \text{Dívida líquida de fechamento}) \times 70\%] - R\$ 35.643.889,53\}$$

Do montante da terceira parcela, a Wayne depositará R\$5.000 (cinco milhões de reais) em uma conta garantia, o qual será liberado conforme cronograma previsto em contrato.

Nos termos da cláusula 2.5 do Acordo de Investimento, as partes acordaram em um aumento de capital de R\$20.000 (vinte milhões de reais) realizado na data-base, do qual a Wayne integralizou R\$14.000 (quatorze milhões de reais), bem como, do valor total da segunda parcela, as partes acordaram que o montante de R\$ 6.000 (seis milhões de reais) seriam pagos por conta e ordem dos alienantes.

Conforme o Acordo de Investimento, a administração possui uma Opção de Compra referente ao percentual residual de ações detidas pelos alienantes (30%), a qual pode ser exercida a partir do 2º aniversário da transação (31/08/2025, podendo ser total ou parcial. Os alienantes possuem uma Opção de Venda, limitada a dois terços (2/3) de suas ações, a qual pode ser exercida a qualquer momento entre a data de pagamento da segunda parcela e da terceira parcela (aproximadamente 30/11/2023 a 30/11/2024).

Em 12 de dezembro de 2024, a Companhia depositou o valor de R\$8.000 (oito milhões de reais) em uma conta garantia, conforme contrato realizado entre as partes assinado em 11 de dezembro de 2024.

A seguir, estão apresentados os valores de cada uma das parcelas respeitando as condições contratuais previstas, o total do ajuste a valor presente destas parcelas, bem como o aporte de capital realizado pela Wayne:

	<u>100%</u>	<u>70%</u>
Preço de Aquisição Base		
Equity Value*	180.000	126.000
(-) Endividamento Líquido Base	(42.446)	(29.712)
Equity Value Base	137.554	96.288
Primeira parcela		25.000
Segunda parcela		35.644
Terceira parcela		35.644
Aporte de capital (Cash in)		14.000

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ajuste a valor presente		(4.783)
Preço de Aquisição Ajustado (A)		105.505
Valor do Patrimônio Líquido no Fechamento (B)	35.909	25.136
Relacionamento não contratual com clientes	18.408	12.886
Mais Valia das Marcas	27.524	19.267
Mais Valia de Móveis e Veículos	31.490	22.043
Mais Valia de Máquinas e Equipamentos	14.551	10.186
Mais Valia dos Edifícios	2.283	1.598
Menos Valia de Computadores e Periféricos	(17)	(12)
Total de Mais/Menos-Valias (C)	94.239	65.969
Valor Justo dos Ativos e Passivos (B) + (C) = (D)	130.148	91.104
Good Will (A) - (D)		14.400

Após emissão do relatório citado acima, os valores de Goodwill e Mais-Valia foram alocados, conforme mensuração do valor justo. O Goodwill refere-se ao valor pago a mais sobre o valor justo do Patrimônio Líquido da entidade adquirida, devido a uma expectativa de lucros futuros. A Mais-Valia é amortizada de forma linear de acordo com o tempo de vida útil dos bens que tiveram mais-valia na apuração do valor justo dos ativos adquiridos na aquisição.

Segue abaixo quadro com a movimentação dos saldos de investimento no período:

	DMPL Doce D'ocê	Equivalência Patrimonial	Mais-Valia	Good-Will	Total
Aquisição em agosto/2023	35.909	25.136	65.699	14.400	105.505
Resultado do Período	14.824	10.377	-	-	10.377
Amortização da Mais-Valia	-	-	(1.497)	-	(1.497)
Saldo em 31/12/2023	50.733	35.513	64.471	14.400	114.384
Lucro Líquido do Exercício	22.348	15.644	-	-	15.644
Cisão Parcial Bazzanella ^(a)	(11.455)	(8.019)	-	-	(8.019)
Amortização da Mais-Valia	-	-	(4.492)	-	(4.492)
Saldo em 31/12/2024	61.626	43.138	59.979	14.400	117.518

(a) A investida deliberou, conforme ata de assembleia geral extraordinária realizada no dia 31 de dezembro de 2024, devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná sob. O nº 20250511630, pela cisão parcial do acervo líquido à Bazzanella Administradora de Bens LTDA, com consequente redução de capital social no montante de R\$ 11.455.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Doce D'ocê destinou o resultado do exercício totalmente para constituição da reserva legal e reserva de incentivos fiscais dessa forma não houve proposição de distribuição de dividendos, pois foram aplicadas das Regras Fiscais das Subvenções para Investimentos, conforme Lei Complementar 106/2017 e Lei 12.973/2014, e essas regras limitam a disponibilização dos Resultados Líquidos, na distribuição de dividendos.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais saldos da investida são os seguintes:

Balanco Patrimonial	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo circulante	66.566	50.533
Ativo não circulante	76.462	69.805
Total do ativo	<u>143.028</u>	<u>120.338</u>
Passivo circulante	55.109	45.653
Passivo não circulante	26.293	23.952
Patrimônio líquido	61.626	50.733
Total do passivo	<u>143.028</u>	<u>120.338</u>
Demonstração do Resultado	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita operacional líquida	266.425	214.105
Custo de mercadorias vendidas	(82.608)	(79.026)
Lucro bruto	<u>183.817</u>	<u>135.079</u>
Despesas operacionais	(145.245)	(116.398)
Resultado financeiro	(4.594)	(6.832)
Lucro antes dos impostos	<u>33.978</u>	<u>11.849</u>
Impostos sobre o lucro	(11.630)	(1.222)
Lucro líquido do exercício	<u>22.348</u>	<u>10.627</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

A movimentação dos saldos de Imobilizado da companhia no período está demonstrado a seguir:

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Edificações	Ferramentas	Móveis e utensílios em comodato	Imobilizado em andamento	Adiantamentos	Total
Custo Histórico	28.801	8.508	12.701	1.281	17.615	67	15.589	1.037	657	86.256
Amortização acumulada	(7.013)	(2.753)	(4.916)	(711)	(1.118)	(28)	(2.956)	-	-	(19.495)
Total	21.788	5.755	7.785	570	16.497	39	12.633	1.037	657	66.761
<u>Custo ou avaliação:</u>										
Adições	1.387	11.741	-	578	79	28	-	2.764	9.692	26.269
Transferências	1.342	1.040	-	-	1.301	-	(876)	(2.226)	(581)	-
Baixas	(234)	(1.672)	(730)	(26)	-	-	-	-	-	(2.662)
Incorporação ^(a)	-	-	-	-	(13.369)	-	-	-	-	(13.369)
Saldo em 31/12/2024	31.296	19.617	11.971	1.833	5.626	95	14.713	1.575	9.768	96.494
<u>Depreciação e amortização:</u>										
Deprec. e amort. do exercício	(1.364)	(861)	(1.421)	(198)	(310)	(14)	(988)	-	-	(5.156)
Baixas da depreciação	82	119	501	21	-	-	467	-	-	1.190
Adição Dep. Acum. Incorp. ^(a)	-	-	-	-	1.343	-	-	-	-	1.343
Saldo em 31/12/2024	(8.295)	(3.495)	(5.836)	(888)	(85)	(42)	(3.477)	-	-	(22.118)
Saldos acumulados anteriores	21.788	5.755	7.785	570	16.497	39	12.633	1.037	657	66.761
Saldo em 31/12/2024	23.001	16.122	6.135	945	5.541	53	11.236	1.575	9.768	74.376

Depois do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que ativos imobilizados poderiam estar contabilizados por valor acima do valor recuperável, e conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

(a) Em 23/11/2023 ocorreu processo de Incorporação na investida, com a conversão do total do Acervo da empresa Carlos R. Bazanella & Cia Ltda (Investida da Doce D'ocê), CNPJ: 73.919.961/0001-78. Neste ato, os veículos que compunham a frota própria bem como os empréstimos e financiamentos vinculados a estes veículos foram

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

incorporados. Em 31/12/2024 ocorreu processo de Cisão Parcial, com a conversão do total do Acervo à empresa Bazzanella Administradora de Bens Ltda, CNPJ: 47.805.260/0001-06. Neste ato, as edificações que eram desta empresa foram cindidos.

8. Intangível

A movimentação dos saldos de Imobilizado da companhia no período está demonstrado a seguir:

	Marcas	Softwares	Relacionamento não contratual com clientes	Mais Valia do Ativo Fixo	Good Will (Doce D'ocê)	Total
Vida útil média em anos	-	-	21	-	-	
Custo Histórico	19.268	1.110	12.886	33.815	14.400	81.479
Amortização acumulada	-	(570)	(204)	(1.293)	-	(2.067)
Saldo em 31/12/2023	19.268	540	12.682	32.522	14.400	79.412
Aquisições	-	203	-	-	-	203
Baixas	(1)	(185)	-	-	-	(186)
Amortização do período	-	(101)	(614)	(3.879)	-	(4.594)
Custo Histórico	19.267	1.128	12.886	33.815	14.400	81.496
Amortização acumulada	-	(671)	(818)	(5.172)	-	(6.661)
Saldo em 31/12/2024	19.267	457	12.068	28.643	14.400	74.835

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de empréstimos e financiamentos são assim compostos:

Financiamento	Taxa a.a. (Média)	Vencimento	Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023
Banco do Brasil	6,89%	19/10/2025	-	588
Banco do Brasil	6,89%	20/11/2025	-	2.287
Bradesco	6,59%	15/06/2024	-	440
Bradesco	4,43%	15/01/2025	-	110
Bradesco	9,76%	01/04/2025	-	40
Bradesco	12,61%	26/10/2025	59	122
Bradesco	8,99%	15/06/2026	-	246
Bradesco	1,05%	05/07/2026	-	167
Bradesco	9,71%	15/09/2026	-	199
Bradesco	9,30%	15/09/2026	-	408
Bradesco	1,07%	15/02/2027	464	1.190
Bradesco	2,13%	24/01/2028	20.000	-
Bradesco ^(a)	0,34%	15/09/2027	-	316
Bradesco ^(a)	9,76%	19/04/2025	111	207
Bradesco ^(a)	0,80%	14/05/2025	139	203
Bradesco ^(a)	9,50%	25/08/2025	185	442
Bradesco ^(a)	12,00%	02/09/2025	40	72
Bradesco ^(a)	10,73%	17/09/2025	-	166
Bradesco ^(a)	11,30%	22/10/2025	126	218
Bradesco ^(a)	1,08%	09/08/2026	124	96
Bradesco ^(a)	4,31%	15/04/2027	-	317
Bradesco ^(a)	1,36%	15/09/2027	-	686
BRDE	11,40%	01/09/2027	2.317	3.127
BRDE	4,15%	15/10/2029	-	5.359
CEF	6,10%	22/09/2024	-	337
CEF	3,41%	16/12/2024	-	3.032
CEF	2,43%	28/01/2026	-	176
CEF	2,43%	11/05/2026	-	3.471
Safra	10,81%	07/08/2025	444	1.102
Santander	6,68%	15/10/2024	-	184
Santander	4,42%	15/10/2024	-	57
Santander	6,33%	15/11/2024	-	158
Santander	1,85%	05/12/2024	80	491
Sicredi	8,09%	21/09/2025	-	1.594
Sicredi	9,06%	10/10/2026	-	196
Saldo final			24.089	27.802
Circulante			8.143	13.783
Não Circulante			15.946	14.019

(a) Em 23 de novembro de 2023 na investida (Doce D'ocê), ocorreu processo de Incorporação, com a conversão do total do Acervo da empresa Carlos R. Bazanella & Cia Ltda, CNPJ: 73.919.961/0001-78. Neste ato, os veículos que compunham a frota própria bem como os empréstimos e financiamentos vinculados a estes veículos foram incorporados.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos (Continuação)

A tabela a seguir demonstra as movimentações dos empréstimos e financiamentos durante o período:

	<u>2024</u>	<u>Consolidado</u> <u>2023</u>
Saldo Inicial	27.802	35.578
Juros e atualizações	3.329	4.782
Captações	20.000	4.628
Incorporação	-	4.448
(-) Cisão parcial	-	(2.702)
(-) Pagamento do principal e juros	(27.042)	(18.930)
Saldo Final	<u>24.089</u>	<u>27.802</u>

Os empréstimos e financiamentos registrados no passivo possuem o seguinte cronograma de vencimento, em 31 de dezembro de 2024:

	<u>2024</u>
2024	-
2025	8.143
2026	7.654
Após 2027	8.292
	<u>24.089</u>

A investida da Companhia contratou financiamento com cláusulas restritivas (“covenants”) não financeiros, de determinadas condições a serem observadas, tais como:

- Cumprir e fazer cumprir com as obrigações oriundas da legislação socioambiental;
- Cumprir o disposto na legislação em vigor sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, Resoluções Conama e demais legislações e regulamentações ambientais;
- Respeitar legislação e regulamentação de: saúde e segurança ocupacional, meio ambiente, área de ocupação indígena, entre outros;
- Suprir as insuficiências de saldo das contas reserva mediante aporte em dinheiro, podendo ser na forma de aumento de capital ou mútuo;
- Utilizar recursos de multas de inadimplementos e rescisões contratuais para amortização do financiamento.

O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. Em 31 de dezembro de 2024, a investida da Companhia atendeu a todos os “covenants” existentes.

O contrato de financiamento obtido através da linha de crédito Cédula de Produto Rural (CPR) do Bradesco, contém cláusulas restritivas (“covenants”) financeiras, tais como:

(a) Dívida Financeira Líquida / Ebitda > inferior ou igual a 2,5x durante exercícios fiscais dentro do período de vigência do contrato;

(b) Retirada/distribuição dos Lucros aos sócios limitada a 40% do acumulado no período de vigência do contrato;

A Companhia não tem nenhuma indicação de que terá dificuldade em cumprir com esse “covenants”.

Alguns financiamentos e empréstimos são garantidos por fiança bancária, notas promissórias e alienação fiduciária dos bens financiados, no valor de R\$ 16.024 (R\$ 25.330 em 31 de dezembro de 2023).

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos fornecedores são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores produtos e serviços	-	1	24.375	16.907
Fornecedores de ativos imobilizados	-	2.913	2.684	2.913
Total	-	2.914	27.059	19.821

Os saldos junto aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor da fatura.

11. Tributos

11.1. Impostos a Recolher e a Recuperar

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de impostos a recolher e a recuperar são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ a recolher	-	-	2.103	181
ICMS a recolher			2.036	1.406
ICMS subscrição tributária			451	256
Parcelamento (ICMS)			4.876	4.853
Parcelamento (INSS)	-	-	3.539	4.513
Outros impostos	-	-	1.269	415
Impostos a Recolher	-	-	14.274	11.624
Circulante	-	-	8.012	3.727
Não circulante	-	-	6.262	7.897
ICMS sobre imobilizado a recuperar circulante	-	-	1.046	714
ICMS sobre imobilizado a recuperar não circulante	-	-	1.390	1.026
IRRF a compensar			94	100
Pis a recuperar			160	95
Cofins a recuperar	-	-	727	433
Tributos recolhidos a maior a compensar	-	-	6	6
IPI a restituir	-	-	1	-
Impostos a Recuperar	-	-	3.424	2.374
Circulante	-	-	2.034	1.348
Não circulante	-	-	1.390	1.026

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Obrigações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos de obrigações trabalhistas e a recuperar são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Encargos sociais a pagar	-	-	1.681	1.291
Provisões de férias e 13º salário	-	-	5.117	4.222
Salários a pagar	-	-	3.585	2.148
Rescisões a pagar	-	-	6	-
Pró-labore a pagar	-	-	129	117
Pensão alimentícia a pagar	-	-	12	6
Total	-	-	10.530	7.784

13. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro 2024, os saldos de provisão para contingências são assim compostos:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	1.476	336
Total	1.476	336

A Doce D'ocê mantém processos cíveis e trabalhistas em andamento cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de possível perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$1 (R\$1.226 em 31 de dezembro de 2023), para as quais a administração entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas.

A Doce D'ocê mantém ainda depósitos judiciais no montante R\$ 59 relacionados a discussões trabalhistas. A soma de todos os depósitos judiciais é de R\$ 59 em 31 de dezembro de 2024 (R\$991 em 31 de dezembro de 2023).

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital Social

A Companhia foi constituída em 25 de março de 2022, conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada no dia 17 de março de 2022, com a subscrição de 1.800 ações ordinárias nominativas, no montante de R\$ 1.800 (um mil e oitocentos reais).

Em Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de agosto de 2022, a Companhia aprovou o aumento de capital social em R\$98.200 (noventa e oito mil e duzentos reais), mediante a emissão de 98.200 (noventa e oito mil e duzentas) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, a ser integralmente subscrito pela Bruce Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, e totalmente integralizado em até 30 (trinta) dias da data de assinatura do Ato.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 26 de dezembro de 2022, foi celebrado o contrato de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital firmado entre a Companhia e o seu único acionista (Bruce Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia) no montante de R\$ 2.245 a ser integralizado em até 12 meses.

Em 2023 os acionistas realizaram aportes no montante total de R\$ 73.226 mil à título de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") os quais serão capitalizados no prazo de 12 meses.

Em Ata da Assembleia Geral realizada em 06 de setembro de 2024 a companhia aprovou o aumento de capital social em R\$ 75.471 mil, mediante a emissão de 75.470.578 novas ações ordinárias nominativas, totalmente integralizado pela capitalização de saldo de AFAC.

Em 27 de novembro de 2024 os acionistas realizaram aportes no montante total de R\$ 34.000 à título de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") os quais serão capitalizados no prazo de 12 meses.

Em 28 de novembro de 2024 os acionistas realizaram aportes no montante total de R\$ 611 à título de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") os quais serão capitalizados no prazo de 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da companhia é de R\$ 75.571 (R\$ 100 mil em 31 de dezembro de 2023) referentes à 75.570.578 (100.000 em 31 de dezembro de 2023) ações subscritas.

Data da Assembleia	Quantidade de Ações	Capital Social
25 de março de 2022	1.800	2
09 de agosto de 2022	98.200	98
06 de setembro de 2024	75.470.578	75.471
Total	75.570.578	75.571

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de AFAC da companhia é de R\$ 34.611.

14.2. Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (5 por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$141. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 161 (R\$20 em 31 de dezembro de 2023).

14.3. Dividendos mínimos obrigatórios propostos

Conforme artigo 202 da Lei 6.404/76, os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado. A Companhia durante o exercício de 2024, apresentou lucros no valor de R\$ 2.824 e após constituição da reserva legal, propôs dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 671 que serão pagos ao único acionista Bruce Fundos de Investimentos em Participações Multiestratégia.

	2024	2023
Lucro do período	2.824	8.504
(-) Reserva Legal 5%	(141)	(20)
Compensação de prejuízo	-	(16)
Total	2.683	8.468
Dividendos mínimos obrigatórios propostos 25%	671	2.117

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Receita operacional líquida

Em 2024, as receitas operacionais da Companhia são assim compostas:

	Consolidado	
	2024	2023
Venda de produtos	317.614	251.891
Revenda de mercadorias	3.893	3.014
Receita bruta	321.507	254.905
Impostos incidentes sobre vendas	(41.765)	(33.408)
Devoluções de vendas	(13.317)	(7.392)
Dedução da receita	(55.082)	(40.800)
Receita operacional líquida	266.425	214.105

16. Despesas por natureza

Em 2024, os custos e despesas operacionais da Companhia são assim compostas:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo produtos vendidos (MP e embalagens)	-	-	(80.800)	(77.489)
Salários e encargos	-	-	(59.820)	(42.296)
Armazenagem e fretes	-	-	(17.609)	(20.794)
Combustíveis e lubrificantes	-	-	(7.377)	(2.527)
PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador	-	-	(9.812)	(5.959)
Depreciação	-	-	(5.346)	(3.607)
Energia elétrica	-	-	(3.902)	(3.291)
Manutenção e reparos	-	-	(5.437)	(3.660)
Material de uso e consumo	-	-	(3.616)	(2.278)
Custos mercadorias vendidas (revenda)	-	-	(1.808)	(1.536)
Serviços de terceiros	(290)	(296)	(3.851)	(3.678)
Propaganda e publicidade	-	-	(1.349)	(803)
Crédito Pis e Cofins sobre depreciação	-	-	424	300
Outros gastos gerais	-	(154)	(23.554)	(13.010)
Total	(450)	(450)	223.857	(180.628)
Custos das mercadorias vendidas	-	-	(82.608)	(79.026)
Despesas gerais, administrativas e comerciais	(290)	(450)	(141.249)	(101.602)
Total	(290)	(450)	(223.857)	(180.628)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Resultado financeiro

Em 2024, as receitas e despesas financeiras são assim compostas:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Juros recebidos	-	-	573	588
Variação cambial ativa	-	-	112	211
Descontos obtidos	-	-	395	469
Rendimentos sobre aplicações	-	177	1.695	388
Variação monetária ativa	-	-	9	-
Impostos sobre receitas financeiras	-	(8)	(129)	(75)
Receitas financeiras	-	169	2.655	1.581
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(3.233)	(4.823)
Descontos concedidos	-	-	(3.334)	(2.214)
Juros e multas financeiras	(3)	(3)	(101)	(401)
Variação monetária passiva	-	-	(584)	(797)
Imposto sobre operações financeiras	-	(72)	-	(74)
Taxa liberação empréstimo	-	-	-	(9)
Despesas financeiras	(3)	(75)	(7.252)	(8.319)
Resultado financeiro líquido	(3)	(94)	(4.597)	(6.738)

18. Partes relacionadas

18.1. Remuneração da administração

A remuneração da Administração corresponde a remuneração paga a Diretores conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária. O total da remuneração pagos aos Administradores da Companhia em 2024 foi de R\$ 16 (R\$ 18 em 2023).

19. Imposto de renda e contribuição social

Em 2024, a Companhia não constatou saldos de imposto de renda e contribuição social a recolher.

	2024
Lucro líquido antes dos impostos e contribuições	2.824
(+) Adições	12.511
(-) Exclusões	(15.644)
	(309)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuição social (Continuação)

Em 2024, os saldos de imposto de renda e contribuição social da investida são assim compostos:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido antes dos impostos e contribuições	33.978	11.849
Alíquotas vigentes	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>(11.552)</u>	<u>(4.028)</u>
Efeito tributário sobre as principais adições (exclusões):		
Subvenção para investimento	-	4.274
Adições e exclusões permanentes, líquidas	39	282
Perdão dívida – contrato de mútuo	-	(3.083)
Prejuízo fiscal não reconhecido	-	1.131
Incentivos fiscais	307	47
Diferença de alíquota	24	-
Outros	123	155
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	<u>(11.059)</u>	<u>(1.222)</u>
Corrente	<u>(10.150)</u>	<u>(2.571)</u>
Diferido	<u>(1.480)</u>	<u>1.349</u>
Ajustes de reconciliação		
Diferido contabilizado no patrimônio líquido	571	-

- Natureza do imposto de renda e contribuição social diferidos em contas patrimoniais:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Diferença entre depreciação contábil e fiscal	4.378	4.202
Provisão para contingências	(502)	(114)
Provisão fornecedores	(594)	(311)
Provisão partes relacionadas	(234)	-
Provisão obrigação trabalhistas	(430)	-
Prejuízo fiscal	-	(2.068)
Provisão estoques	(9)	(9)
Total tributos diferidos passivos	<u>2.609</u>	<u>1.700</u>

O saldo diferido para o ano de 2024 inclui o montante de R\$ 571, decorrente da cisão para a sociedade Bazzanella Administradora de Bens Ltda., sem impacto no resultado do exercício. Da mesma forma, o saldo diferido de 2023 incluiu R\$ 719, provenientes da incorporação da empresa Carlos R. Bazzanella e Cia Ltda., também sem efeito no resultado do exercício.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros e gestão de risco

As operações que envolvem instrumentos financeiros ativos e passivos, conforme abaixo, estão registradas contabilmente pelos valores compatíveis com os respectivos contratos celebrados entre as partes.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam de seus correspondentes valores de mercado.

Os fatores de risco dos instrumentos financeiros basicamente estão relacionados com:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não apresenta instrumento financeiro com risco relevante.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A Companhia não tem ativos ou passivos relevantes com incidência de juros que não são previamente fixados em contrato; e seus insumos não apresentam exposição relevante às variações abruptas de preço.

Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Para minimizar o risco de crédito, os recursos excedentes são aplicados.

21. Seguros

Para proteção dos seus ativos e de suas responsabilidades, a Companhia mantém coberturas securitárias para os riscos que possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio e/ou o resultado da Companhia. Dentre as modalidades de seguros contratadas pela Companhia, são destaques:

- Riscos operacionais: cobertura de danos materiais ocasionados a prédios, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios decorrentes de incêndio, raio e explosão, desentulho, alagamentos, quebra de maquinário e danos elétricos, bem como perda de receita bruta causada pela interrupção de produção consequente de danos materiais. Em 31 de dezembro de 2024, a importância segurada é de R\$ 26.280.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

22. Eventos Subsequentes

Após 31 de dezembro de 2024, até a data da aprovação das demonstrações financeiras pela Administração da Companhia, não ocorreram eventos que necessitam de divulgação nas demonstrações financeiras.